

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

Estudo de caso

Em 2005, o órgão de lotação de João, servidor público do estado X, concedeu-lhe aposentadoria e remeteu o processo ao tribunal de contas do respectivo estado. No ano de 2015, após abrir contraditório para manifestação de João, o tribunal de contas do estado X negou o registro de sua aposentadoria por entender caracterizado descumprimento de requisito legal para a percepção do benefício, embora o órgão a que pertencia o servidor houvesse emitido certidão que atestava o cumprimento do requisito.

Maria, por sua vez, recebeu, em 2005, a concessão de pensão por morte em razão do falecimento de seu cônjuge, servidor público do estado X. Em 2009, o tribunal de contas do estado X formalizou e registrou decisão em que julgou legal a concessão de pensão a Maria. Entretanto, em 2011, o referido tribunal decidiu rever o ato, ao verificar que um requisito legal havia sido descumprido. Sem intimar Maria para se manifestar, o tribunal de contas do estado X desconstituiu a pensão anteriormente concedida.

A partir da situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo em atendimento ao que se pede a seguir.

- 1 Diferencie os atos administrativos simples, compostos e complexos, indicando, à luz do entendimento do STF, a categoria a que pertencem o ato que negou o registro de aposentadoria de João e o ato que, após julgar legal a pensão concedida a Maria, veio a cancelá-la. [valor: 11,00 pontos]
 - 2 Discorra acerca da posição adotada pelo tribunal de contas do estado X no caso de João e no caso de Maria, abordando a evolução do entendimento jurisprudencial do STF acerca do tema. [valor: 17,50 pontos]
-

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	